

# Ensino: a difícil situação de todos.

**Escolas e pais de alunos sem saída:  
uns não podem deixar de aumentar, outros não podem  
pagar. Reportagem de Rita de Biagio.**

Os primeiros dias de dezembro sempre foram de muitos gastos para os pais de alunos da rede particular de ensino por causa do pagamento da matrícula, que até o ano passado era definida no mês de novembro pelo Conselho Federal de Educação, em Brasília. Neste final de ano, entretanto, a situação é pior: eles não sabem quanto devem pagar. Algumas escolas, seguindo orientação do Sieceesp — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, estão cobrando as matrículas já com cem por cento de aumento; outras, ouvindo a direção da Fenen — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, arriscam 125% de aumento. No meio disso tudo, a Sunab surge como fiscalizadora e promete salgadas multas.

Com medo de uma possível humilhação ("Você pode imaginar dona Marilena Lazzarini entrando para fechar estabelecimentos de ensino na frente dos alunos, porque a direção da escola está furando o congelamento de preços?"), porém, algumas escolas, entre elas 28 que formam o Grupo-Associação de Escolas Particulares de São Paulo, mantiveram o preço da semestralidade, mas diminuíram o número de prestações que tradicionalmente de seis passaram para quatro meses. Caso haja um reajuste, a diferença será cobrada nos meses de maio e junho. Caso ele não venha, coisa que ninguém acredita, o pai terá pago tudo no final de abril.

Mesmo sem ter competência de agir junto às escolas — o Plano Cruzado delegou competência de fiscalização apenas à Sunab — o Conselho Estadual de Educação aplaude a atitude dessas últimas escolas e para as centenas de telefonemas recebidos diariamente a orientação é a mesma: o pai deve estar prevenido de que, se ele concordar em pagar antecipado uma parte da semestralidade, a título de matrícula, ele deverá estar atento para quando sair o reajuste deduzir da semestralidade a quantia já paga.

Sim, porque na realidade a única coisa que existe é a semestralidade. Não existe taxa de matrícula ou reserva de vagas. "Esses sempre foram conceitos usados pelas escolas para fazer caixa face às despesas dos meses de janeiro e fevereiro", segundo Maria Aparecida Tamazzo Garcia, presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. "E, por isso, deve sempre ser deduzido do valor geral da semestralidade."

Segundo ela, as reclamações sobre o pacto mútuo proposto pelo sindicato dos donos de escolas, com assinatura dos pais e que resultaria num aumento de 100,6% das semestralidades, também são muitas. E sobre isso ela tem outra orientação: segundo o artigo 15 da deliberação 27/82 do Conselho CEE, "os pais só poderão ser solicitados a assinar documentos sobre prestações vencidas e não a vencer. Sendo, portanto, ilegal a assinatura de qualquer documento", alertou.

Vejo o Plano Cruzado e estabeleceu-se a confusão. O CEE de São Paulo aceitou ser incompetente diante do Plano mas alguns Conselhos de outros Estados continuam lutando para definir alguns princípios básicos dentro de uma escola como, por exemplo, quem fixa uma multa por atraso, quem determina o preço inicial de uma escola. Para o professor Luis Roberto Silveira Castro, presidente do Grupo e presidente da Comissão de Encargos Educacionais do CEE, o grande culpado dessa situação é o ministro Jorge Bornhausen, da Educação, que há quatro meses, "por interesses políticos, para agradar a UNE, a clientela de pais e tentar salvar as eleições em Santa Catarina", deixou que fosse engavetada uma portaria que definia as regras do jogo.

Até que o governo defina um aumento, que Silveira tem certeza virá. "Pois o próprio ministro Dilson Funaro, da Fazenda, já admitiu que a média feita para determinar as anuidades está errada", sua orientação para as escolas do Grupo, entre elas o Santa Cruz, o Porto Seguro, a Pueri Domus, é para que aumentem um pouco o valor da mensalidade mas de maneira que não ultrapasse o valor da semestralidade "para que a escola não fique fora da lei".

Ao invés de um reajuste de 69,35%, segundo ele, a média correta de reajuste, segundo trabalho enviado a todos os ministros do governo, é de 78,4%.

Contra a campanha de valorização do professor, desencadeada pelo Sieceesp — "porque é demagógica e é um absurdo um sindicato de donos de escolas assumir a defesa do professor, é querer usar o professor de forma indevida" —, Silveira disse que com José Aurélio de Camargo, presidente do Sieceesp, só concorda num ponto: a maioria das escolas precisará de aumento superior a 100% em suas anuidades.

O ideal para ele seria este: correção da média e um aumento de

30 a 40% para todas as escolas "e sei que para muitas ainda será insuficiente". Depois disso, os Conselhos Estaduais de Educação de cada Estado estudariam caso a caso para ver quem realmente precisaria de um aumento maior "sob pena de fechar ou porque sua clientela suportaria com tranquilidade maiores aumentos". Sua escola, o Colégio Terras de São José, em Itu, com 500 alunos, por exemplo, precisaria de um aumento de 86%.

## Bandeirantes

Mesmo concordando que o reajuste deve ser de 100%, Mauro Salles, diretor administrativo do Colégio Bandeirantes, assegurou que o colégio "vai respeitar o congelamento da semestralidade". Mas, "para poder respirar", também diminui o número de mensalidades para quatro. "Assim aumentei a receita mensal, minimizando o déficit da escola, o que me dá um tempo a mais antes de tomar medidas drásticas como reduzir a estrutura, o que resultará na queda do padrão de ensino".

Isso fatalmente vai acontecer em 1987, segundo ele, "pois estamos fechando 1986 com prejuízo acima de um milhão de cruzados, que vem sendo coberto com empréstimos bancários e cujos juros não estão congelados". Um problema que antecede o Plano Cruzado, quando desde 1983 a semestralidades foram sistematicamente reajustadas abaixo da inflação real. "O plano veio apenas dar o último soco para a escola entrar em no-caute".

Mesmo porque, ela não pode viver sem professores. E eles estão indo embora por uma razão muito simples: precisam sobreviver. "Com o reaquecimento da economia no final do ano passado e neste

ano, os profissionais de nível superior tiveram uma recuperação salarial que não foi possível haver para os professores que estão abandonando a profissão". Apesar de ser um dos colégios que melhor paga em São Paulo, O Bandeirantes também perdeu ótimos professores, entre eles o astrônomo de renome internacional Roberto Boczo. Uma hora/45 aula é de Cz\$ 52,56 e considerando-se que um

professor trabalha 44/45 aulas por semana, seu salário fica em Cz\$ 11.826,00 em média. "Muito pouco", reconheço, "para pessoas formadas pela USP, PUC, com curso de pós-graduação de alto nível profissional e intelectual".

E por que não pagar um pouco mais o professor? Como todos os outros donos de escolas, Mauro Salles afirmou que é impossível. Acompanhe suas contas: em cada

Cz\$ 100,00 que a escola recebe, Cz\$ 40,00 vão para o pagamento dos professores, incluindo os encargos sociais. 25% vão para despesas administrativas (pagamento de todos os funcionários da escola, desde diretor até serventes) e o restante 35% para "sustentar todo o resto e fica apertado quando a escola é de padrão", segundo ele. Com 3.106 alunos, o colégio tem 106 professores e 95 funcionários.

Como o diretor do Colégio Agostiniano São José (2.500 alunos), padre Cirilo G. Juaréz, Mauro Salles, também não acredita na escola apenas "na base do giz e do quadro negro, sem laboratórios, sem bibliotecas, sem investimentos em vídeos e computadores para acompanhar a evolução do desenvolvimento industrial e tecnológico". Para os dois, a escola particular "é educação alternativa e como tal deve ser encarada". Mas as autoridades estão forçando a rede particular e "nivelando por baixo".

Essa situação terá seu limite em março, época de dissídio dos professores. Ele fez uma previsão: pela primeira vez em mais de 20 anos, os professores particulares deverão fazer greve, "mais um milagre do Plano Cruzado".

## Coração de Jesus

Com 1.900 alunos e "em face das últimas orientações e recomendações" do sindicato das escolas, a diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, irmã Lucília Eliza Rozeto, em uma semana mudou o teor da circular enviada aos pais de seu alunos. Em 19 de novembro, dizia que as duas primeiras parcelas da semestralidade de 1987 seriam as mesmas pagas no 2º semestre de 86. Já no dia 25, informava que a 1ª parcela continuaria a mesma, mas que a partir de fevereiro e até junho (já descontado o valor da 1ª parcela), teriam reajustes de mais de 100%. Uma parcela, por exemplo, de pré à 4ª série, que era de Cz\$ 378,41, passou para Cz\$ 835,23; de 5ª à 8ª passou de Cz\$ 507,14 para Cz\$ 1.119,37, e para o segundo grau, pulou de Cz\$ 702,56 para Cz\$ 1.150,69.

Como não bastasse, segundo um pai que preferiu não ser identificado, agora "vincula-se a matrícula à assinatura do termo de compromisso mútuo", proposto pelo Sieceesp. Procedimento também adotado pelo Colégio Pentágono. Só que segundo Wagner Pereira, secretário administrativo, "a título de informação para os pais dos alunos".

## As pequenas escolas

Mas não só as grandes escolas têm dificuldades. Desde os tempos da faculdade de Pedagogia, em Rudge Ramos, as duas amigas tinham um sonho comum: abrir uma escolinha de educação infantil. Depois de quase cinco anos de formadas, o sonho foi realizado com a compra da Acalanto-Berçário, Maternal e Jardim, lá mesmo em Rudge Ramos. A escolinha estava em péssimas condições materiais e organizacionais mas, em apenas dois anos, elas conseguiram levantar a escola, passar de 19 para 41 alunos, e ser respeitada entre as outras escolas da região.

"Um sonho que está por ter fim", segunda Cacilda Aparecida Zuliani, uma das proprietárias. Uma decisão difícil mas que acabará por ser tomada se os ministros da área econômica não derem rápido um reajuste para as unidades. Um reajuste que deve ser mesmo da ordem de 100% como defende o presidente do Sieceesp — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, "apesar de eu não concordar com o pacto proposto por ele e que seria feito com os pais de alunos, aliás que não estamos adotando aqui na Acalanto".

Cacilda conta que ela e Tânia, a outra sócia, nunca conseguiram tirar muito dinheiro, às vezes dois, três mil cruzados cada uma. Mas quando veio o Plano Cruzado a situação piorou. "Em janeiro", lembra, "tínhamos dado o reajuste aos professores e funcionários de 89,35% e em fevereiro com a decretação do Plano Cruzado só pudemos aumentar em 69,35% as semestralidades. Ficamos desesperadas, pensamos em fechar naquele momento, mas seguramos as pontas".